

# Pressão popular reforça tendência de cassação

RENATA GIRALDI  
e TÂNIA MONTEIRO

**B**RASÍLIA – A cobrança popular para que o Senado puna Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF) atingiu os demais parlamentares, que se sentem pressionados a defender a punição rigorosa para ambos. No final da noite de ontem aumentou a tendência pró-cassação, os discursos em defesa do tucano e do pefelista praticamente desapareceram e as declarações contra a impunidade domina-

ram o plenário e os corredores da Casa.

Antes mesmo da defesa de ACM no Conselho de Ética, as opiniões sobre sua atitude no caso pareciam definidas. “Na hipótese de Antonio Carlos não ter tido nenhuma participação (na violação do painel), era sua obrigação ter tomado providências para apurar e punir os responsáveis”, afirmou o relator do processo no conselho, Saturnino Braga (PSB-RJ). “Não tomou, é omissão”, concluiu ele. “Se o senador Antonio Carlos teve conhecimento da lista como o senador Ar-

ruda, em princípio, já pecou pela omissão”, reiterou o corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP).

O presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS), indicou posição favorável à cassação. Segundo ele, os depoimentos ouvidos foram “convincentes e lógicos”. “O processo como um todo está muito bem encadeado, fazendo sentido e levando à uma única conclusão”, comentou.

“As declarações do senador Antonio Carlos fecham as dúvidas que faltavam, na verdade tudo é muito grave, o que nos obriga a tomar uma decisão correspondente”, afirmou o senador Pedro Simon (PMDB-RS), um dos mais atuantes no conselho, embora não seja membro efetivo.